



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE REFERÊNCIA
Uniforme dos colaboradores da SEAP

Processo PR/PA/MPF nº 1.23.000.001486/2022-67

Interessados: Procuradoria da República no Estado do Pará

1 – OBJETO

1.1 Contratação de empresa(s) para a aquisição de 12 camisas, 8 calças jeans, 8 pares de meias cinzas, 1 par de botas de PVC para limpeza de áreas molhadas e 4 pares de botas de segurança para os colaboradores da Secretária de Administração Penitenciária do Pará que prestam serviços na Procuradoria da República do Pará. Os materiais serão divididos entre os colaboradores da seguinte maneira: 3 camisas, 2 calças, 1 par de bota de segurança, 2 pares de meia para cada colaborador.

1.1.1. Ressalte-se que será comprado ainda um par de bota PVC para o colaborador que entrou este ano no Convênio e que não recebeu essa bota anteriormente.

2 – JUSTIFICATIVAS

2.1 Da contratação

A contratação se justifica, pois na PR/PA atuam 4 colaboradores oriundo de Convênio com a Secretária de Estado de Administração Penitenciária. O Convênio busca a recuperação e reintegração ao corpo social dos apenados do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, por meio da execução de atividades laborativas auxiliares de serviços gerais de limpeza e conservação e atividades de apoio operacional no âmbito do complexo sede da PR/PA.

A aquisição de uniformes é um importante instrumento para que essa população se sinta parte do MPF, além de visar a fácil identificação dos colaboradores, transmitir ideia de organização, higiene e padronização do ambiente.

A cláusula quarta deste Convênio dispõe que a PR/PA será a responsável por fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios necessários para a execução dos serviços, além de **uniformes** para uso dos apenados que forem designados para a prestação dos serviços.

Em pesquisa no sistema Único, verifica-se que o último procedimento de compra de **todo** os uniformes para os apenados da SEAP ocorreu no ano de 2020, portanto, há 3 anos e se faz necessária nova aquisição. Ressalte-se que os colaboradores também reclamaram da blusa do uniforme que eles estão utilizando, pois é de um material um pouco mais quente e menos maleável.

Em 2022, foi realizado o PGEA nº 1.23.000.001486/2022-67 para a compra de uniforme (blusa, calça, sapato e meia), porém os preços das blusas e das calças na dispensa ficaram acima do valor de referência, não sendo possível prosseguir com a compra para esses itens. Assim sendo, naquele procedimento foi possível comprar apenas botas de PVC e meias, tornando-se necessário o ajuste do Termo de Referência para prosseguir com a compra dos outros itens.

Ressalte-se que houve a troca recente de 2 colaboradores do Convênio. Um deles está conseguindo utilizar a bota PVC de um antigo apenado do Convênio, portanto, será necessário comprar apenas 1 bota PVC neste procedimento.

Salienta-se que no PGEA de 2022, em relação ao calçado, foram compradas botas PVC que se verificou que são confortáveis apenas para a limpeza de áreas molhadas. No entanto, faz se necessária também a compra de botas de segurança para todos a fim de serem utilizadas na limpeza de áreas comuns. Esse calçado é mais confortável, leve, resistente e indicado para limpezas em áreas secas.

2.2 Dos quantitativos

2.2.1 A contratação visa a aquisição do seguinte quantitativo de uniforme:

- a) 12 camisas preta ou azul escura, tipo dry-fit, manga curta, gola redonda, com o brasão do MPF. Serão entregues 2 blusas para cada colaborador. Os tamanhos são os seguintes: 6 camisas tamanho P, 6 tamanho M.
- b) 6 calças jeans azul escura masculina, sem lycra, dos seguintes tamanhos: 2 calças tamanho 38, 2 tamanho 40, 2 tamanho 42.
- c) 2 calças jeans azul escura masculina, com lycra, dos seguintes tamanhos: 2 calças tamanho 38.
- d) 8 pares de meias cinzas, soquetes, nos seguintes tamanhos: 2 pares tamanho 37, 4 tamanho 40, 2 tamanho 42.
- e) 1 par de bota PVC cano longo cor Preta, tipo impermeável, de uso profissional, confeccionada em policloreto de vinila (pvc) injetado em uma só peça com fechamento superior em polaina com atacador para ajuste, solado antiderrapante. 1 par tamanho 37.
- f) 4 pares de bota Segurança - Bota Segurança Material: Couro, Tipo Cano: Curto, Material Sola: Poliuretano, Cor: Preta, Características Adicionais: Solado Injetado E

Antiderrapante/Elástico Laterais, Tipo Uso: Serviços Gerais. 1 par tamanho 37, 2 pares tamanho 40, 1 par tamanho 42.

3 – ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS

Item	Descrição	Qtd
1	Camisas azul escura, masculina, tipo dry-fit, manga curta, gola redonda, com o brasão do MPF. Tamanho P	6
2	Camisas azul escura, masculina, tipo dry-fit, manga curta, gola redonda, com o brasão do MPF. Tamanho M	6
3	Calça jeans masculina de cor escura, sem lycra, 2 bolsos laterais e traseiros. Tamanho 38	2
4	Calça jeans masculina de cor escura, sem lycra, 2 bolsos laterais e traseiros. Tamanho 40	2
5	Calça jeans masculina de cor escura, sem lycra, 2 bolsos laterais e traseiros. Tamanho 42	2
6	Calça jeans masculina de cor escura, com lycra, 2 bolsos laterais e traseiros. Tamanho 38	2
7	Meias cinzas, soquetes. Tamanho 37	2 pares
8	Meias cinzas, soquetes. Tamanho 40	4 pares
9	Meias cinzas, soquetes. Tamanho 42	2 pares
10	Bota PVC cano Longo cor Preta, tipo impermeável, de uso profissional, confeccionada em policloreto de vinila (pvc) injetado em uma só peça com fechamento superior em polaina com atacador para ajuste, solado antiderrapante. Tamanho 37	1 par
11	Bota Segurança - Bota Segurança Material: Couro, Tipo Cano: Curto, Material Sola: Poliuretano, Cor: Preta, Características Adicionais: Solado Injetado E Antiderrapante/Elástico Laterais, Tipo Uso: Serviços Gerais. Tamanho 37	1 par
12	Bota Segurança - Bota Segurança Material: Couro, Tipo Cano: Curto, Material Sola: Poliuretano, Cor: Preta, Características Adicionais: Solado Injetado E Antiderrapante/Elástico Laterais, Tipo Uso: Serviços Gerais. Tamanho 40	2 pares
13	Bota Segurança - Bota Segurança Material: Couro, Tipo Cano: Curto, Material Sola: Poliuretano, Cor: Preta, Características Adicionais: Solado Injetado E Antiderrapante/Elástico Laterais, Tipo Uso: Serviços Gerais. Tamanho 42	1 par

4 – REQUISITOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS

4.1 A empresa deverá demonstrar domínio da técnica de confecção do presente objeto.

4.2 Nos produtos nacionais, a identificação do fabricante e, nos produtos importados, a identificação do importador e do fabricante, de forma clara e objetiva, em língua portuguesa, mediante a utilização de etiquetas indelévels, legíveis e com resistência mecânica suficiente para suportar o manuseio e intempéries, visando assim preservar as informações nelas contidas durante toda a vida útil da bandeira.

4.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares

5 – DO PREÇO

4.1 A proposta deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas todas as despesas diretas e indiretas com materiais, mão de obra, cumprimento das leis sociais, fiscais, tributárias, previdenciárias e trabalhista, transporte, taxas e demais valores e encargos necessários à perfeita execução do objeto.

4.2 Os valores estimados totais unitários dos itens são os seguintes:

Item	Descrição	Qtd	Preço	UASG/ PREGÃO/ Fornecedor	Valor Médio	Valor Estimado Total
1	Camisas azul escura, tipo dry-fit, manga curta, gola redonda, com o brasão do MPF.	12	R\$ 75,00	Nativa Uniformes	R\$ 61,25	R\$ 735,00
			R\$ 65,00	Fortseg Comércio		
			R\$ 60,00	Texas Uniforme		
			R\$ 45,00	FR Malharia		
2	Calça jeans de cor escura, sem lycra, 2 bolsos laterais e traseiros.	8	R\$ 91,41	11082022 / 113206	R\$ 101,54	R\$ 812,29
			R\$ 108,87	52022 / 981547		
			R\$ 104,33	82022 / 257034		
3	Meias cinzas, soquetes.	8	R\$ 31,78	662022 / 70006	R\$ 33,49	R\$ 267,95
			R\$ 39,94	782022 / 987635		
			R\$ 28,76	82022 / 120001		
6	Bota PVC cano Longo cor Preta, tipo impermeável, de uso profissional, confeccionada em policloreto de vinila (pvc) injetado em uma só peça com fechamento superior em polaina com atacador para	1	R\$ 63,02	82022 / 153052	R\$ 65,41	R\$ 65,41
			R\$ 74,00	42022 / 784320		
			R\$ 59,20	282022 / 926946		

	ajuste, solado					
7	Bota Segurança - Bota Segurança Material: Couro, Tipo Cano: Curto, Material Sola: Poliuretano, Cor: Preta, Características Adicionais: Solado Injetado E Antiderrapante/E lástico Laterais, Tipo Uso: Serviços Gerais.	4	R\$ 72,02	362022 / 980957	R\$ 73,17	R\$ 292,69
			R\$ 82,93	662022 / 988461		
			R\$ 64,57	392022 / 985529		
Valor estimado total						R\$ 2.173,34

4.2.1 Ressalte-se que o valor médio das camisas foi baseado em preços de fornecedores locais, porque foi percebido que os preços praticados em licitações para o item “camisas” são muito abaixo dos valores de mercado. Normalmente, em licitações, é comprada uma quantidade grande de camisas, o que justifica o fornecedor baixar o lucro sobre objeto, em razão da economia de escala.

4.2.1.1. No primeiro Termo de Referência deste Procedimento, o valor de referência das camisas, baseado de licitações no Banco de Preços, era R\$ 29,66. O valor médio apresentado pelos fornecedores que participaram da Dispensa foi R\$ 62,62 (R\$ 60,86 ; R\$ 90,00 ; R\$ 40,00), portanto, não foi possível realizar a compra. Neste momento, se vislumbra a necessidade de comprar somente 12 camisas, quantidade pequena, o que, provavelmente, não se justifica uma economia de escala para que os fornecedores apresentem valores muito econômicos. Portanto, justifica-se a preferência por fornecedores locais para a pesquisa de preço desse item a fim de se evitar que a compra do item seja fracassada novamente.

4.4 O valor total estimado da contratação é de **R\$ R\$ 2.173,34** (dois mil, cento e setenta e três reais e trinta e quatro centavos).

6 - DO LOCAL PARA ENTREGA DOS MATERIAIS

5.1 Os materiais deverão ser entregues nas dependências da sede da Procuradoria da República no Estado do Pará (Rua Domingos Marreiros, nº 690. CEP 66055-215. Belém/PA);

7 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1 Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao bom desempenho das atividades;
- 7.2. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais de conformidade com o objeto contratado;
- 7.3. Atestar o recebimento do objeto contratado após verificação das especificações, rejeitando o que não estiver de acordo por meio de notificação à CONTRATADA.
- 7.4. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA na forma e nos prazos previstos neste Termo, após o cumprimento das formalidades legais.
- 7.5. Deverá observar em todas as fases de contratação os critérios dispostos para a sustentabilidade ambiental e de forma a não frustrar a competitividade.
- 7.6. Notificar o fornecedor em razão de qualquer descumprimento das obrigações e deveres assumidos neste Termo de Referência, exigindo a imediata correção da irregularidade, sem prejuízo das penalidades previstas para cada caso.
- 7.7. Aplicar as penalidades e demais medidas previstas neste Termo de Referência, por descumprimento de obrigações e deveres neles previstos.

8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado.
- 8.2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender
- 8.3. Substituir o material não aceito pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do aviso de rejeição.
- 8.4. Entregar o material no máximo em 20 (vinte) dias, após o recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço: Ministério Público Federal. Rua Domingos Marreiros, nº 690. CEP 66055-215. Belém/PA.
- 8.5. Não será permitida à CONTRATADA substituir a marcas do produto oferecido sem consulta à CONTRATANTE.
- 8.6. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionados ou decorrentes da execução do objeto do presente instrumento, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.
- 8.7. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do objeto.
- 8.8. Apresentar à CONTRATANTE nota fiscal de venda do material, informando nome do banco, número da agência e da conta bancária para efeito de pagamento das obrigações.
- 8.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da entrega, no prazo que lhe for estabelecido.

8.10. Manter todas as condições de habilitações e qualificação regularmente exigidas na dispensa de licitação durante a vigência da contratação, cumprindo e fazendo cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas bem como as normas previstas na Lei n.º 8.666/93 e demais normas de regência;

8.11. Acusar o recebimento da Nota de Empenho no *prazo máximo de até 48 horas após o seu envio*; A comprovação poderá ser realizada por e-mail.

8.12. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da PR/PA, a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência da confecção e entrega do material em desacordo com as especificações deste instrumento, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis.

9 - DO RECEBIMENTO

9.1 Os materiais entregues pela CONTRATADA serão recebidos pelo CONTRATANTE, obedecido o prazo estipulado para conclusão, da seguinte forma:

9.1.1 **Provisoriamente:** mediante recibo, após efetuada a entrega dos materiais, para posterior verificação da sua conformidade com a especificação.

9.1.2 **Definitivamente:** mediante recibo, em até **15 (quinze) dias úteis** após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais (qualidade e/ou quantidade, etc), ocasião em que se fará constar o atesto da Nota Fiscal.

9.2 Caso os materiais estejam em desconformidade com o especificado neste Termo de Referência , serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a refazê-los, a suas expensas, no prazo de **5 (cinco) dias** contados da data de recebimento da notificação.

9.2.1 Essa notificação suspende os prazos de recebimento e de pagamento até que a irregularidade seja sanada, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções contratuais.

9.3 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 – DO PRAZO DE ENTREGA

10.1 O prazo de entrega será de **20 (vinte) dias** a partir do recebimento da nota de empenho.

11 - DO FATURAMENTO

11.1 A CONTRATADA deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Estado do Pará, CNPJ nº 26.989.715/0019-31, emitida após a entrega do objeto, no prazo especificado, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade junto à Seguridade Social – Certidão Negativa de Débito, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, às Fazendas Federal, Estadual/Distrital e Municipal de seu domicílio ou sede e à Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei nº 12.440/2011.

11.1.1 A liberação da nota fiscal para pagamento ficará condicionada ao atesto da unidade responsável pelo acompanhamento e recebimento dos objetos ora contratados.

11.2 Quando da emissão da fatura ou nota fiscal, a CONTRATADA deverá destacar, após a descrição dos serviços, a importância referente à retenção do Imposto sobre Serviços, a título de *“ISS a ser recolhido por substituição tributária”*, conforme legislação vigente.

11.2.1 A inexistência do destaque de que trata o item anterior não impede a retenção por parte do CONTRATANTE;

11.2.2 Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

11.3 Serão deduzidos dos créditos da CONTRATADA os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso.

12 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento à CONTRATADA será efetuado pelos materiais efetivamente entregues, em moeda nacional, em até **30 (trinta) dias corridos** a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal do mês de referência, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

12.2 O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.3 Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

12.4 Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

12.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo}$$

$$I = \frac{(TX/100)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

12.5.1 Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

12.7 Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar junto a Nota Fiscal declaração com a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

13 - DA GARANTIA

13.1 O objeto deste instrumento deverá ser coberto por garantia integral, sem qualquer ônus para a Procuradoria, contados a partir do recebimento, a qual deverá obedecer as seguintes condições:

- a) Os serviços decorrentes da garantia deverão ser prestados, em dias úteis, no horário de expediente, das 11 às 17h. Contudo, se os itens apresentarem defeito deverão ser recolhidos pela CONTRATADA, desde que não haja ônus para a Procuradoria.
- b) O prazo para atendimento dos chamados de garantia não poderá exceder a 15 (quinze) dias, contados a partir da comunicação feita pelo responsável da PR/PA.
- c) Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem o atendimento devido pela contratada, fica a PR/PA autorizada a contratar os serviços necessários de outras empresas e a cobrar da contratada os custos

respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto a garantia das camisas fornecidas e sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

d) Serão da exclusiva responsabilidade da contratada as despesas decorrentes do deslocamento do seu pessoal incumbido na entrega das camisas.

14 - DAS SANÇÕES

Redação conforme Parecer nº 126/2021/CONJUR e IN nº2/2020-MPF.

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta.

14.2. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às **sanções estabelecidas na Instrução Normativa nº 2 ([1]), de 3 de março de 2020, do Ministério Público Federal**.

14.2.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada ou licitante, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

14.2.2. As infrações cometidas nos certames licitatórios e nos contratos administrativos celebrados com o Ministério Público Federal ficarão sujeitas às seguintes penalidades, conforme definido em instrumento convocatório ou equivalente:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Órgão Sancionador, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos termos dos Arts. 15, 19 e 20 da IN nº 02/2020-SG/MPF;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da penalidade, nos termos dos Arts. 16, 18, 19 e 20 da IN nº 02/2020-SG/MPF;

V – impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores-SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

14.2.3. A penalidade de advertência será aplicada na hipótese de falta leve, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, nos termos do Art. 6º da IN nº 02/2020- SG/MPF.

20.2.3.1. Considera-se falta leve o descumprimento contratual que não acarrete prejuízo significativo para a Administração, não interfira diretamente na execução do objeto e não comprometa prazos e/ou serviços.

14.2.4. A penalidade multa será aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.2.4.1. Multa moratória aplicada em virtude do atraso injustificado no cumprimento das obrigações assumidas, e corresponderá ao percentual de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 10% (dez por cento), nos termos do Art. 8º da IN nº 02/2020-SG/MPF.

20.2.4.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial;

20.2.4.3. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total.

14.2.5. Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento das obrigações assumidas.

14.2.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos regularmente comprovados, o montante remanescente poderá ser cobrado judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.2.7. A Guia de Recolhimento da União – GRU deverá ser paga no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento pela empresa sancionada, salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.

14.2.8. Caso a empresa não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será:

I – descontado dos créditos que a contratada fizer jus, no âmbito da mesma contratação;

II – descontado da garantia;

III – cobrado judicialmente.

[1]<http://www.transparencia.mpf.mp.br/conteudo/diarios-e-boletins/diario-eletronico-dmpf-e/2020/DMPFADMINISTRATIVO-2020-03-06.pdf?nocache01>

15 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos disponibilizados na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 0001/200075

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 03062003142640001

Elemento de Despesa: 30 - Material de Consumo

PI: MBASIC

16 – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

16.1. O preço contratado será fixo e irredutível.

17 – DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Fica eleito o foro da seção Judiciária no Pará para dirimir quaisquer dúvidas provenientes.

18.2. Fica a SMSG responsável pelo acompanhamento da aquisição do objeto do presente termo de referência.

Belém – PA, data da assinatura eletrônica

Atividade	Responsável	Base Legal
Elaboração	<i>Assinado eletronicamente</i> RENATA RAMOS VIEIRA Seção de Manutenção e Serviços Gerais	<i>Decreto nº 10.024/2019</i> <i>Art. 14º No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:</i> <i>I - elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência</i>
Aprovação		<i>Decreto nº 10.024/2019</i>

	<p><i>Aprovo Termo de Referência por entender que o disposto no encargo da contratação atende de forma eficiente e eficaz a necessidade da administração.</i></p> <p><i>Assinado eletronicamente</i></p> <p>Carlos Ricardo Moura dos Santos</p> <p>Coordenador de Administração da PR/PA</p>	<p><i>Art. 14º No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:</i></p> <p><u><i>II - aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem esta delegar</i></u></p>
--	---	---



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PA-00014540/2023 TERMO DE REFERÊNCIA nº 21-2023**

.....
Signatário(a): **RENATA RAMOS VIEIRA**

Data e Hora: **31/03/2023 12:55:59**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **CARLOS RICARDO MOURA DOS SANTOS**

Data e Hora: **03/04/2023 09:16:58**

Assinado com certificado digital

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 3be07a9b.4e94b0ac.4fd2dd6a.d29d9ded